



Governo começou a demolir 27 das 835 casas que quer tirar do litoral

Intervenção em São Bartolomeu do Mar, Esposende, serviu para o ministro do Ambiente afirmar que, após anos de indefinição, agora é que o plano de demolições avança

Ambiente
Abel Coentrão

Há 27 anos que, em São Bartolomeu do Mar, Esposende, se falava da necessidade de derrubar algumas casas que o Atlântico colocava em risco. E então ainda havia areia na praia, cobrindo grande parte da imensidão de penedos que ontem, pelo meio-dia, hora da baixa-mar, se mostravam inteiros, prova do avanço das ondas, que levou quase todo o areal e se abeirou, perigosamente, do casario.

São tantas como os anos passados — 27, portanto — as casas que virão abaixo nos próximos meses. Cairão sob o olhar atento dos seus antigos ocupantes, que graças a uma negociação bem sucedida, acataram com “tranquilidade”, como sublinhou o ministro do Ambiente, a intenção, agora materializada pelo Polis do Litoral Norte, de fazer recuar alguns metros a presença humana no local. Não foi preciso recorrer a expropriações, mas para alguns, como António Abreu, de 60 anos, o avanço da retroscavadora não deixou de emocionar.

Mas, aqui, tinha de ser assim, garantiu o presidente da Câmara de Esposende, o arquitecto Benjamin Pereira. Sem casas, o arranjo urbanístico que vai ser concretizado até ao final do ano vai dar mais relevo à pequena praça do cruzeiro, de onde se assoma a uma praia, hoje coberta de seixos rolados, famosa pela romaria que leva o nome da terra e que incluí o muito conhecido Banho Santo. E até este ritual poderá ganhar melhores condições, tendo em conta que se prevê o reperfilamento da praia com areia, para além de obras de protecção do cordão dunar.

Maria, 60 anos, recorda-se bem da extensão, longa, da praia, onde paravam sargaceiras e pescadores do pilado, o caranguejo de corpo mole que, como as algas, servia para adubar os campos que subsistem, ali a metros de distância. Se o mar galgasse as dunas (como aconteceu a norte, em Vila Praia de Âncora), a actividade agrícola seria colocada em risco, pela salinização dos solos. E é isso também que se pretende evitar, explicou o autarca.

O ministro do Ambiente e do Ordenamento não faltou à cerimónia. Jorge Moreira da Silva fez questão de garantir que é desta que avançam cen-



25% do litoral está sob pressão da erosão e 70% da área restante está sob ameaça das alterações climáticas

Engenheiros defendem monitorização e esporões no litoral

Bastonário diz que engenharia costeira está a ser subutilizada

O bastonário da Ordem dos Engenheiros, Carlos Matias Ramos, afirma que os problemas cíclicos do litoral só podem ser resolvidos com monitorização constante da costa e com mente aberta a todas as soluções, incluindo mais esporões. Algumas destas soluções serão apresentadas numa sessão sobre o litoral, hoje em Lisboa, promovida pela Ordem.

Carlos Ramos diz que medidas como as que são tomadas todos os anos — como enchimento de praias e obras de reposição de estragos — não são suficientes para conter a erosão costeira no país. “Somos contra soluções feitas avulso num ano, para no ano seguinte voltar tudo à mesma”, referiu ao PÚBLICO. “Não chega colocar mais areia. É preciso condições para retê-la”, exemplifica.

O bastonário dá o exemplo da Figueira da Foz, onde os molhes construídos nos anos 1960 e prolongados há quatro anos estão a acumular areia a norte, mas a erodir a costa a sul. Ali, diz Carlos Ramos, seria possível transportar a areia de um lado para o outro com base num sistema de dragagem e bombagem. Este procedimento deveria ser complementado com a construção de esporões nas zonas a sul, para reter a areia. O mesmo procedimento poderia ser aplicado a outros pontos do país.

No princípio dos anos 1990, um plano para travar a erosão com centenas de esporões ao longo da costa foi de tal forma contestado que a construção destas estruturas passou a ser vista como uma espécie de tabu.

Carlos Ramos diz que a

engenharia costeira tem sido subutilizada e que todas as soluções têm de ser consideradas. “Temos de ter o espírito aberto”, afirma.

Outra alternativa que será apresentada hoje é a de quebra-mares destacados, que ficam paralelos à linha de costa, semi-submersos, de modo a reduzir a energia do mar antes que chegue a terra. “Não é uma panaceia. É uma das soluções possíveis”, refere o bastonário.

Antes de qualquer solução, no entanto, seria necessário montar um sistema eficaz de observação sistemática do litoral. “Só uma monitorização muito bem estudada permite validar modelos e planejar uma intervenção eficaz”, explica Carlos Matias Ramos. “Não se pode fazer boa engenharia sem dados”. **Ricardo Garcia**

tenas de demolições de casas junto à linha de água que há uma ou mais décadas são colocadas em risco pelos temporais do Inverno. A maioria das 835 habitações, muitas ilegais, estão nas ilhas-barreira do Algarve, e até ao final do ano virão abaixo, garantido que esteja o realojamento dos seus atuais moradores, assinalou.

Em Esposende, o avanço do mar foi evidente. Cem metros, em três décadas. Mas 25% de toda a costa portuguesa está sob pressão da erosão e quase 70 por cento da área restante pode vir a perder, com as alterações climáticas, parte do seu território. O que exige respostas diferentes, conforme as situações.

Se em São Bartolomeu do Mar, onde apenas sete das casas eram de habitação permanente, a opção foi demolir, em Ofir, junto às conhecidas torres homónimas, aposta-se na melhoria das defesas aderentes na costa, para evitar a transferência de centenas de pessoas. E ficam ainda por resolver as situações de duas centenas de residências em Pedrinhas e Cedovém, no sul do concelho.

O Governo tem 300 milhões de euros para investir na costa, e promete fazê-lo até ao final de 2015. As intervenções arrancam depois de um Inverno extremamente rigoroso, que inventou novos problemas, como a deslocação para sul da foz do rio Âncora, e piorou situações conhecidas, como as de Ovar ou da Costa da Caparica. Para estas, há 15,7 milhões que não permitiram, ainda assim, que todas as praias estejam nas melhores condições no arranque da época balnear. O que seria “impossível” de exigir, avisou o ministro.

O ministro afirmou ainda que as operações de alimentação artificial das praias afectadas pelo mau tempo na Costa de Caparica, Almada, deverão começar no final de Junho, num investimento de cinco milhões de euros, mas avisou que os trabalhos deverão demorar dois meses. Moreira da Silva sublinhou que uma parte das intervenções naquelas praias já está concluída, como o paredão, a pavimentação e a recuperação dos acessos à praia. “Falta a alimentação artificial, que custa cinco milhões de euros”, vinco, acrescentando que tiveram de ser respeitados todos os trâmites legais e que, pelo caminho, o Governo conseguiu reduzir 20 por cento do custo desta empreitada.